

# O transporte público regular intermunicipal de ônibus legalizado em São Paulo

## Entenda como funciona

Uma iniciativa do SETPESP, sindicato patronal das empresas de transporte rodoviário, que, juntas, são responsáveis por 96% dos passageiros transportados no Estado.



## Transporte público seguro, confortável e legal

O sistema de ônibus público regular intermunicipal é regido por modelo de delegação, gerido e fiscalizado por órgão regulador do governo estadual.

No Estado de São Paulo, 70% das empresas que fazem parte do sistema são associadas ao **SETPESP**.

Além de pagar impostos e outras taxas, as empresas de ônibus têm uma série de obrigações e responsabilidades quando arcam com a operação das linhas intermunicipais.

É esse modelo que garante, por exemplo, veículos limpos e em boas condições, motoristas descansados e treinados, embarque e desembarque em locais seguros e apropriados.

- 911 LINHAS e 1.448 ligações
- 645 CIDADES atendidas
- 4,4 MILHÕES de viagens por ano
- 360 MILHÕES de km percorridos por ano
- 4.500 ÔNIBUS na frota
- 120 MILHÕES de passageiros por ano
- 20 MIL empregos diretos

Fonte: ARTESP



## Serviço com alto índice de aprovação



O serviço de transporte público regular intermunicipal de ônibus em São Paulo tem o índice de aprovação de 84% pela população, sendo um dos mais bem avaliados do Brasil, segundo a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.



## Investimento na frota

Para manter a qualidade e segurança do atendimento, as empresas investem **R\$ 300 MILHÕES AO ANO** para renovar no mínimo 10% da frota.

São 450 veículos novos a cada 12 meses. São investimentos como esses que garantem ônibus modernos e em boas condições de manutenção e conservação, fatores que estão diretamente relacionados ao conforto e à segurança dos passageiros.

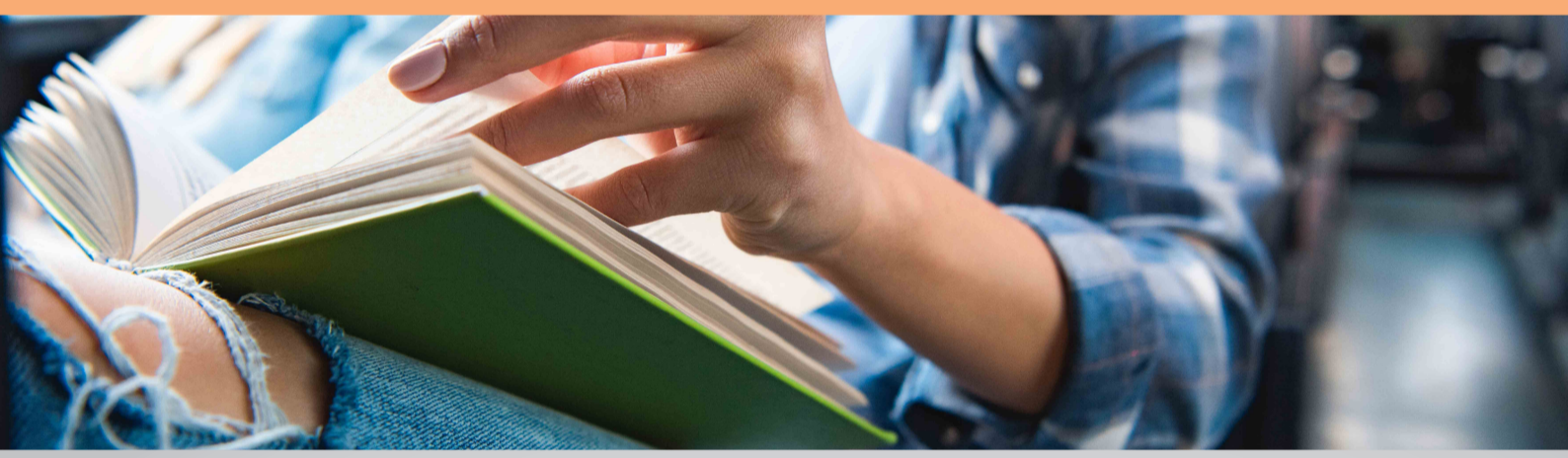
## Aplicativos irregulares: o que eles escondem

Atrás da ilusão de passagens muito baratas, existe uma série de problemas.

A sociedade vem acompanhando as discussões em torno dos ônibus intermunicipais irregulares ou ilegais. Muitas dessas passagens são comercializadas por meio de aplicativos.

### Onde está o perigo:

- Não há garantia de que o ônibus irá sair, enquanto no transporte público regular, independentemente do número de passageiros, o ônibus sairá no horário programado.
- Gato por lebre: muitas vezes o passageiro compra uma passagem leito, mas viajará em uma categoria inferior.
- Risco de motoristas mal treinados, sem escalas de repouso e sem a garantia de apoio técnico/substituição no caso de quebra do veículo.
- Risco de ter a viagem interrompida pelos órgãos fiscalizadores cumprindo a legislação vigente e ficar no meio da estrada.

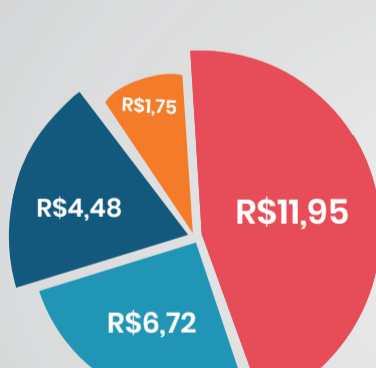


## Os custos reais do sistema

A garantia de oferta de um serviço confiável e seguro passa por custos embutidos na tarifa. Por isso, o preço das passagens dos ilegais é, em geral, menor, pois eles não recolhem taxas e tributos do sistema regular.

Essa concorrência desleal coloca em perigo a segurança dos passageiros e é um grave risco ao equilíbrio do sistema.

Tomemos como exemplo uma passagem no valor de – **R\$31,15**



- custo operacional (1)
- investimentos (2)
- tributos (3)
- gratuidade (4)

Valor da passagem **sem** os encargos obrigatórios: R\$ 18,67.

Obs: Taxa de embarque: R\$6,25

• Custo Operacional (1): Combustível, lubrificantes, pneu, peças, seguros, pessoal administrativo, energia, garagem. Salários, encargos e benefícios: Motorista, agenciador, fiscal, despachante, manutenção.

• Investimentos (2): Valor necessário para o reinvestimento em veículos e remuneração do capital (antes dos tributos sobre a renda).

• Tributos e taxas (3): ICMS – 12%, PIS/COFINS – 3,65%, PDF – 2%, INSS – 2%.

• Gratuidades (4): As gratuidades não são um custo efetivo, mas representam um valor que o usuário pagante não precisaria pagar se todos pagassem passagem.

## A função social do sistema de ônibus

Ao contrário do que os ilegais e irregulares querem tornar uma realidade, os aplicativos que vendem passagens clandestinas sem respeitar a lei não são sinônimos de praticidade, tecnologia ou preço barato.

No sistema público regular, as empresas de ônibus que operam por modelo de delegação cumprem um importante papel social.

São milhões de reais em impostos arrecadados, revertidos em benefícios para a própria sociedade, além de gratuidades:

**13,5 MILHÕES** de idosos, policiais e pessoas com deficiência transportadas gratuitamente por ano

**R\$160 MILHÕES** em ICMS recolhidos por ano

**R\$33 MILHÕES** anuais de taxa de fiscalização

**R\$200 MILHÕES** em taxas de embarque e aluguéis nas rodovias

## Cuidados com o meio ambiente e com as pessoas

A preservação do meio ambiente é prioridade para as empresas de transporte público intermunicipal do estado de São Paulo. Todos os ônibus seguem as normas de emissão regulamentadas pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.

Além disso, o DESPOLUIR (Programa Ambiental do Transporte), da CNT e do SEST SENAT, afere periodicamente a frota para avaliar a redução da emissão de poluentes, com altíssimo grau de aprovação.

As licenças ambientais são precedidas de adequações na construção das instalações, nas caixas separadoras de resíduos, coleta especializada de óleos lubrificantes e resíduos, tratamento e aproveitamento de água.

E, recentemente, várias empresas iniciaram projetos de energia solar.

As empresas de transporte público intermunicipal de ônibus regular apoiam inúmeros projetos sociais no Estado de São Paulo.

Algumas ações conjuntas que podem ser destacadas são: Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Campanha do Agasalho e o apoio ao Dia de Fazer a Diferença, maior evento de mobilização para ações sociais simultâneas do mundo.